

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

“NEM SE EU TRABALHASSE SETE DIAS POR SEMANA, 24 HORAS POR DIA”: A SAÚDE DOS PROFESSORES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Carlos Eduardo Carrusca Vieira, Andrízia Gomes Pereira, João César de Freitas Fonseca, Mara Marçal Sales, Juliaenne Borges Fujji

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8983>

Submetido em: 2024-05-26

Postado em: 2024-06-06 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

“NEM SE EU TRABALHASSE SETE DIAS POR SEMANA, 24 HORAS POR DIA”: A SAÚDE DOS PROFESSORES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

CARLOS EDUARDO CARRUSCA VIEIRA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9284-3018>
<carlos.carrusca@outlook.com>

ANDRÍZIA GOMES PEREIRA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3802-1379>
<andriziagomespereira@gmail.com>

JOÃO CÉSAR DE FREITAS FONSECA³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3286-1812>
<joaocesar.fonseca@yahoo.com.br>

MARA MARÇAL SALES⁴

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6463-4044>
<milmaravilhas2002@yahoo.com.br>

JULIENNE BORGES FUJJI⁵

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6000-5180>
<prof.julienne@gmail.com>

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

² Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, Minas Gerais (MG), Brasil.

³ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

⁴ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

⁵ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

RESUMO: Neste artigo, refletimos sobre a saúde dos trabalhadores docentes do ensino superior durante o período da pandemia da Covid-19, no qual adotou-se o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Realizamos um estudo de natureza predominantemente quantitativa relativo à saúde dos professores de Instituições de Ensino Superior no Brasil. Os dados foram coletados mediante aplicação de um questionário composto por 52 questões atinentes às condições de trabalho e saúde dos docentes no segundo semestre de 2021. Além da análise de aspectos quantificados por meio do questionário sobre o cotidiano de trabalho docente, destacamos algumas das respostas dissertativas dadas pelos docentes a um item aberto do questionário aplicado. Os resultados indicam uma estreita relação entre as condições de trabalho, os processos de intensificação e dilatação das jornadas laborais e os quadros de adoecimento. Nas conclusões, destacamos a necessidade de uma avaliação contínua dos modelos de trabalho, que integre efetivamente os docentes, valorizando suas experiências e percepções, a fim de viabilizar transformações nas condições e nos modos de gestão e organização do trabalho. Apesar da importância dos recursos tecnológicos e digitais para a sociedade, afirmamos que não podemos ignorar que as mudanças em curso têm sido gestadas no interior de contradições sociais e econômicas que merecem atenção e que precisam ser enfrentadas.

Palavras-chave: trabalho docente; pandemia de covid-19; ensino remoto.

“NOT EVEN IF I WORKED SEVEN DAYS A WEEK, 24 HOURS A DAY”: THE HEALTH OF TEACHERS DURING THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: In this paper, we contemplate the well-being of higher education faculty during the Covid-19 pandemic, a period marked by the adoption of Emergency Remote Teaching. We conducted a predominantly quantitative study concerning the health of professors in Higher Education Institutions in Brazil. Data were collected through the administration of a questionnaire comprising 52 questions pertaining to the working conditions and health of educators in the second semester of 2021. In addition to the analysis of aspects quantified through the questionnaire on the daily work of teachers, we highlight some of the dissertative answers given by teachers to an open-ended item of the questionnaire. The results suggest a close association between working conditions, the intensification and extension of work hours, and instances of illness. In the conclusions, we highlight the need for a continuous evaluation of the work models that genuinely incorporates educators, valuing their experiences and perceptions. This approach aims to facilitate transformations in the conditions and modes of management and organization of work. Despite the societal significance of technological and digital resources, we assert that ongoing changes are occurring within social and economic contradictions that warrant attention and necessitate proactive resolution.

Keywords: teaching work; covid-19 pandemic; remote teaching.

“NI SIQUIERA SI TRABAJARA SIETE DÍAS A LA SEMANA, 24 HORAS AL DÍA”: LA SALUD DE LOS PROFESORES DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19

RESUMEN: En este artículo, reflexionamos sobre la salud de los trabajadores docentes de la enseñanza superior durante el período de la pandemia de la Covid-19, en el cual se adoptó la Enseñanza Remota de Emergencia (ERE). Realizamos un estudio de naturaleza predominantemente cuantitativa respecto a la salud de los profesores de Instituciones de Enseñanza Superior en Brasil. Los datos fueron recopilados mediante la aplicación de un cuestionario compuesto por 52 preguntas relacionadas con las condiciones de trabajo y la salud de los docentes en el segundo semestre de 2021. Además del análisis de aspectos cuantificados a través del cuestionario sobre el cotidiano del trabajo docente, destacamos algunas de las respuestas descriptivas dadas por los docentes a un ítem abierto del cuestionario aplicado. Los resultados indican una estrecha relación entre las condiciones de trabajo, los procesos de intensificación y dilatación de las jornadas laborales y los cuadros de enfermedad. En las conclusiones, destacamos la necesidad de una evaluación continua de los modelos de trabajo, que integre efectivamente a los docentes, valorando sus experiencias y percepciones, con el fin de viabilizar transformaciones en las condiciones y en los modos de gestión y organización del trabajo. A pesar de la importancia de los recursos tecnológicos y digitales para la sociedad, afirmamos que no podemos ignorar que los cambios en curso han sido gestados en el interior de contradicciones sociales y económicas que merecen atención y que necesitan ser enfrentadas.

Palabras clave: trabajo docente; pandemia de covid-19; enseñanza remota.

INTRODUÇÃO

O adoecimento no trabalho docente tem se constituído como objeto de reflexão há algum tempo no âmbito da investigação científica e, em particular, no campo da saúde do trabalhador. A literatura especializada reporta condições laborais adversas e deletérias para a saúde dos trabalhadores, assim como indica que os processos de adoecimento experimentados por essa categoria são sistematicamente velados (PENTEADO; NETO, 2019; ELIAS; NAVARRO, 2019). Entretanto, o

trabalho docente é considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma atividade geradora de estresse e associada à Síndrome de Burnout.

A pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, afetou o mundo todo e de forma profunda. Contra a propagação do vírus SARS-CoV-2, causador da doença, medidas de prevenção – por exemplo, o distanciamento social e o uso de máscaras de proteção facial – foram recomendadas e adotadas por vários países. Isso, no entanto, não ocorreu sem polêmicas e objeções colocadas, principalmente, por representantes políticos e atores sociais vinculados ao espectro político da extrema-direita e à política do negacionismo científico (DUARTE; CÉSAR, 2020), mediante “uso de bases tecnológicas que dão velocidade à comunicação e de algoritmos que modulam e direcionam a oferta de conteúdo para os indivíduos, afetando suas percepções sobre a realidade e seus comportamentos” (VIEIRA; GONÇALVES, 2022, p. 24). Como consequência da pandemia, notou-se uma desaceleração da atividade econômica e o colapso dos sistemas de saúde, ao mesmo tempo que também foi observado o aumento no número de casos e mortes pela doença. Os diversos setores da economia – e, por consequência, os trabalhadores – experimentaram mudanças abruptas nas formas de trabalho, de maneiras distintas, a depender de sua formação de inserção no mundo laboral.

Os professores de todos os níveis da educação – e, aqui, em particular, os docentes que atuam em Instituições de Ensino Superior (IES) – vivenciaram essas mudanças quando as instituições educacionais adotaram o regime do Ensino Remoto Emergencial (ERE), com o objetivo de assegurar a continuidade das suas atividades profissionais e, ao mesmo tempo, evitar a disseminação da doença. Em face desse cenário, com o objetivo de analisar os desdobramentos da pandemia de Covid-19 para o trabalho e para a saúde dos docentes de IES, realizamos um estudo cujos principais resultados são analisados neste artigo.

METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar os impactos do teletrabalho sobre a saúde dos professores de IES, durante o segundo semestre de 2021 e no início de 2022, conduzimos uma pesquisa de natureza predominantemente quantitativa relativa à saúde desses profissionais no Brasil. Os dados foram coletados após a aplicação de um questionário composto por 52 questões atinentes às suas condições de trabalho e saúde no segundo semestre de 2021. Com base nos dados do último Censo da Educação Superior disponível à época (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2019), consideramos 386.073 docentes em exercício e, seguindo os cálculos de amostragem, estimamos 384 respondentes, para atingir um grau de confiança de 95% e margem de erro de 5%. Recebemos 429 respostas ao questionário que enviamos para instituições de ensino, departamentos e rede de contatos de professores atuantes no ensino superior. Desse conjunto, 399 respostas foram consideradas válidas, uma vez que os sujeitos participantes atenderam a dois critérios básicos: ser professor do ensino superior em exercício, na modalidade do ERE, e concordar com a participação no estudo em desenvolvimento. Nas tabelas a seguir, apresentamos o perfil dos respondentes, considerando cor/raça e gênero (tabela 1) e faixa etária (tabela 2):

Tabela 1 - Perfil dos Respondentes (Cor/Raça e Gênero)

Cor/Raça					Gênero		
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Feminino	Masculino	Prefiro não dizer
(4)	(299)	(2)	(74)	(20)	(282)	(116)	(1)

1%	75%	0,5%	8,5%	5%	0,6%	29,1%	0,3%
----	-----	------	------	----	------	-------	------

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 2 - Perfil dos Respondentes (Faixa Etária)

Faixa etária				
20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	Mais de 60 anos
(3)	(87)	(129)	(112)	(68)
0,8%	21,8%	32,3%	28,1%	17%

Fonte: Elaborado pelos autores

O questionário foi respondido por docentes de várias regiões do Brasil, atuantes em instituições públicas (42,1%), privadas (54,4%) ou em ambas (3,5%), com predomínio da região Sudeste, que representou em torno de 71% do total. Notou-se, no perfil da amostra, a baixa representatividade de pessoas negras e indígenas no âmbito da docência no ensino superior, o que se configura como um dos efeitos do racismo estrutural sobre o qual se funda a sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2021). No que concerne às relações de sexo/gênero, a maior presença de mulheres na amostra não significa, entretanto, que tenhamos superado essas desigualdades, uma vez que as posições de maior prestígio e de poder continuam a ser ocupadas, majoritariamente, por homens brancos (SANTOS; MATOS; FRANÇA, 2020).

Neste artigo, além da análise de aspectos quantificados pelos questionários, destacamos algumas das respostas dissertativas dadas ao item “Caso queira, registre sua percepção sobre suas atuais condições de saúde e trabalho”, com o objetivo de discutir os impactos do teletrabalho para a saúde dos docentes de IES durante a pandemia. Na sequência, apresentamos os principais resultados deste estudo. Primeiro, explicitamos o contexto histórico, socioeconômico e sanitário no qual se deu a adoção do teletrabalho e do ERE em larga escala. Após isso, analisamos os dados coletados, divididos em quatro categorias que sintetizam os temas mais relevantes identificados: a) condições materiais e ambientais de trabalho; b) configuração dos processos de ensino-aprendizagem e os sentidos do trabalho no ERE; c) sobrecarga de trabalho; d) sofrimento e adoecimento relacionados ao trabalho.

Uma das análises realizadas trata da possível associação entre o desempenho de funções gerenciais e vivências dolorosas relacionadas ao trabalho. Para tal propósito, utilizou-se o teste Qui-quadrado de independência, conduzido com base em tabelas de contingência, a fim de avaliar a existência de uma associação entre duas variáveis categóricas, com um nível de significância de 5%.

Esta pesquisa foi aprovada sob o número do parecer 4.480.427, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, responsável pela avaliação dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICA

A pandemia impôs uma reorganização dos diferentes setores produtivos da sociedade. A OMS e demais autoridades sanitárias recomendaram a adoção de importantes medidas de prevenção, entre elas, o distanciamento social e o uso de máscaras de proteção facial, com a finalidade de reduzir a propagação do vírus causador da doença. Não obstante tais medidas fossem as mais recomendadas pelas autoridades sanitárias internacionais e referendadas pelos estudos científicos, sobretudo antes do

desenvolvimento e disponibilidade das vacinas imunizantes, a adesão a essas recomendações não ocorreu de forma unânime, nem tranquila.

No Brasil, por exemplo, testemunhou-se uma gestão negacionista e necropolítica por parte do governo federal, sob o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro (GIOVANELLA et al., 2020). Como destacam Castilho e Lemos (2021, p. 271), a necropolítica desse governo utilizou o Estado “para subjugar qualquer possibilidade de vida ao poder da morte”, por meio de “ações políticas que se transformaram em regra e não em exceção, que definem quem importa e quem não tem importância, quem é essencial e quem é descartável”. O ex-presidente, agentes políticos e apoiadores de sua gestão disseminaram a ideia equivocada de que o Brasil poderia enfrentar adequadamente a pandemia – minimizada por Bolsonaro como uma “gripezinha” – utilizando a “imunidade de rebanho”.

A tese defendida era a de que a população deveria seguir com a vida e o trabalho, exposta ao vírus, para que a contaminação pudesse atingir um elevado percentual da população gerando uma “imunidade natural”. Desmentida várias vezes, a ideia falaciosa continuou a ser propagada pelo governo federal que seguiu agindo contra as medidas de distanciamento social e contra a vacinação, conforme apurado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada pelo Senado Federal (BRASIL, 2022), e investigou as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas.

Tal gestão, situada no espectro político da extrema-direita, caracterizou-se por uma postura negacionista contra a ciência, pela disseminação de desinformação, letargia, negligência e omissão (GIOVANELLA et al., 2020; BRASIL, 2022), o que dificultou o enfrentamento da crise sanitária e levou o Brasil a testemunhar cenas dramáticas e cerca de 694 mil mortes pela doença, contabilizadas até o último dia de mandato do ex-presidente, de acordo com os dados disponibilizados pelo Our World in Data (2022).

Nesse cenário, em março de 2020, quando foi deflagrada a pandemia da pela OMS, as IES tiveram de se adequar às exigências impostas pela contingência. Por meio das Portarias n.º 343, de 17 de março de 2020, e n.º 345, de 19 de março de 2020, o Ministério da Educação e Cultura autorizou, em caráter excepcional, a realização de aulas remotas, em substituição das aulas presenciais. Entretanto, dado o aumento exponencial dos casos de contaminação e seus desdobramentos, foi prorrogada, pelas portarias n.º 473, de 12 de maio de 2020 e n.º 544, de 16 de junho de 2020, a vigência do ensino remoto, “enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19” (BRASIL, 2020).

O caráter de urgência da pandemia requereu transformações repentinas na atividade docente, nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, exigindo uma adaptação dos protagonistas desse processo: alunos e professores. O estabelecimento da modalidade do ERE ocorreu mediante a adoção, em larga escala, das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, que tornaram possível a realização das aulas nos moldes do teletrabalho em domicílio (home office) e impuseram desafios.

As condições ambientais e materiais de trabalho

Os docentes realizaram sua atividade profissional em ambientes domésticos que tiveram de ser adaptados às tarefas antes desenvolvidas de modo presencial, ficando, assim, sujeitos às intercorrências comuns nesses espaços, como: ruídos, interrupções, luminosidade inferior à necessária para transmissões online, problemas associados ao fornecimento de energia elétrica e à conectividade com a internet e outras demandas específicas, oriundas do contexto doméstico. No processo de transição para as plataformas digitais, grande parte dos docentes arcou com as despesas relativas à obtenção de equipamentos e ferramentas básicas para a realização de seu trabalho, entre eles: computador (39,85%), pacote de dados de internet (56,14%), webcam (29,32%), microfone (41,60%), serviços técnicos em informática (42,11%) e até mesmo cadeiras (50,88%).

Além disso, elencaram outras dificuldades no processo de adaptação ao ERE – conciliação das aulas com o cotidiano doméstico (55,10%), adaptação do conteúdo das aulas para o modelo virtual (46,40%), problemas de conexão (44,10%) – que contribuíram para um desgaste na relação com o trabalho, segundo os relatos:

Em 2021, a situação está melhor do que em 2020, quando houve maior desgaste em razão das adaptações necessárias ao home office e ensino remoto (Relato de docente)
Não estávamos preparados. Então, tudo é novo e mais difícil (Relato de docente).

A redução do tempo e dos custos relativos ao transporte da casa ao trabalho, assim como a possibilidade de gerenciar de perto algumas situações familiares foram percebidas como aspectos positivos, embora não isentos de contradições. Os docentes enfatizaram que a perda desse deslocamento coexistiu com a perda da convivência com a comunidade escolar, a intensificação do trabalho e problemas de infraestrutura para sua realização:

Bem, ficou prático. Não sair (deslocar) de casa é um ponto positivo. Não estressar com o deslocamento. Mas a desvantagem é a convivência sadia com as pessoas, alunos e professores (Relato de docente)

Consegui desenvolver minha carreira, mas a um alto custo em termos de saúde. Deixar de enfrentar 4h diárias de trânsito, a princípio, pareceu muito bom, mas as demandas institucionais cresceram muito, até o ponto de fazerem 8h de reuniões seguidas. Sinto que, no presencial, não abusavam da gente assim, porque tinham que considerar o deslocamento. Então, apesar do trânsito, tenho pensado ser melhor voltar ao presencial (Relato de docente).

Ainda que tenha sido positivo quanto às horas gastas para deslocamento até o local de trabalho, sinto falta da convivência presencial com as pessoas e com o ambiente acadêmico. Em alguns momentos, os ruídos decorrentes da vizinhança e os problemas de internet interferem nas atividades. Passar mais tempo sentada à frente de um computador também pode ser considerado um ponto negativo (Relato de docente).

Muito cansaço, excesso de atividades e mensagens. Mas tem pontos positivos, como estar com a família, não precisar se deslocar por causa do trânsito, economia de comida e transporte, poder dormir logo após as aulas da noite, não precisar acordar tão cedo para as aulas da manhã, gerenciar tarefas domésticas no intervalo das aulas (Relato de docente).

Quase todos os docentes (90,2%) realizaram seu trabalho sentados, durante toda a jornada de trabalho, enquanto 8,3% permaneceram sentados mais da metade do tempo e 1,5% alternou as duas posições. Tal situação, como será indicado, contribuiu para problemas de saúde osteomuscular e dores de coluna lombar e cervical.

Para além da adaptação às novas ferramentas de trabalho, o contexto em que se estabeleceu o ERE exigiu dos docentes uma forte mobilização subjetiva para lidar com as situações postas neste cenário, como manejar as interações pedagógicas mediadas por plataformas digitais.

A configuração dos processos de ensino-aprendizagem e os sentidos do trabalho no ERE

Identificou-se que 84% dos participantes deste estudo afirmaram ter vivenciado uma “menor participação dos alunos” nas aulas e 69,90% expressaram uma sensação de estarem sozinhos durante as aulas. Os prejuízos para a interação pedagógica, notados pelos docentes, afetaram o processo de ensino-aprendizagem. Os dados apresentados, bem como as experiências verbalizadas pelos próprios professores, indicam ter havido uma ruptura importante de “circuitos constitutivos” da atividade docente. Na perspectiva de Pereira et al. (2022, p. 161):

Do ponto de vista da análise psicológica da atividade, no contexto das aulas virtuais, a solidão dos(as) professores(as) nas aulas virtuais não significou somente o desinteresse por parte dos(as) alunos(as), mas também a sensação de perda dos(as) destinatários(as) da atividade, a ruptura de um circuito de mediação intersubjetiva constitutivo da própria atividade de trabalho e, mais ainda, a degeneração dos sentidos da atividade e do poder de agir dos(as) docentes, como evidenciam os dados e os relatos coletados.

O modelo do ERE carrou os processos de ensino-aprendizagem para uma lógica bem próxima da “educação bancária”, que concebe o professor como transmissor de conteúdos e os estudantes como receptores passivos, modelo criticado por Paulo Freire (2019). No entendimento de Pereira et al. (2023, p. 162):

A tessitura artesanal que é constitutiva de uma aula, e que se baseia em debates e construções coletivas, foi reduzida ou substituída, em larga escala, por vídeos e por transmissões frequentemente marcados pela unilateralidade e pelo foco no produto final a ser entregue (conhecimento objetivado), e não no processo (interação pedagógica).

Nesse sentido, a solidão experimentada pelos docentes sintetiza e revela, sob uma perspectiva clínica do trabalho, a fragilização dos vínculos entre professores e estudantes, estes últimos os principais destinatários da produção e do trabalho docente, e, também, em certas situações, a perda de destinatários do trabalho, a degradação dos sentidos da atividade profissional. Os relatos expressam tal entendimento e o mal-estar vivenciado:

Desestimulantes. Parece que trabalhamos um tempo perdido, o qual o aluno não se preocupa em aprender, só em concluir a etapa (Relato de docente).

O distanciamento dificulta criar vínculos com os estudantes e impede o desenvolvimento da relação humana necessária ao processo de ensino-aprendizagem. Salas muito grandes não permitem interação. Por fim, a ideia de que esse sistema vai substituir o presencial é assustadora e nos entristece. Agradeço por participar de uma pesquisa tão importante (Relato de docente).

O ensino remoto era a única coisa possível de ser feita durante a pandemia. Mas, para quem tem muita experiência na área, a mudança de paradigma não é trivial. Sinto muita falta do contato olho no olho com os estudantes. A educação passa necessariamente por afeto. Não há ensino sem afeto. E o modelo virtual diminui muito a interação e a relação interpessoal (Relato de docente).

Maiores dificuldades: ergonomia nas condições de trabalho, desgastar meus equipamentos (CPU, fones) para trabalho da instituição, turmas que foram “infladas” por juntarem mais de uma do antigo modelo presencial em apenas uma no online, pouca participação dos estudantes, saber que boa parte dos estudantes “colam” pesadamente nas provas e ter a sensação de estar participando de uma grande farsa (Relato de docente).

Conforme descrito, a sensação de “tempo perdido” ou de estar vivendo uma “grande farsa” remetem à perda do sentido do trabalho e a uma deterioração do poder de ação, que se associam, com frequência, ao sofrimento no trabalho (CLOT, 2010). Destaca-se que a interação entre os próprios docentes também foi prejudicada, conforme indicado no último relato, o que pode ter potencializado a sensação de solidão de muitos, ao mesmo tempo que buscaram construir alternativas de ação diante das adversidades. Sendo o coletivo profissional não apenas um conjunto de indivíduos, mas um recurso para a atividade e para a saúde (CLOT, 2010), observa-se que a ruptura do circuito de interações sociais no trabalho seja, em dadas circunstâncias, um fator potencialmente nocivo.

Sobrecarga: um traço marcante do trabalho docente

As IES estão inseridas em um contexto no qual imperam o modo de produção capitalista e a racionalidade neoliberal, no mainstream político e social (MAIA, 2022). Não escapam, portanto, das pressões exercidas pela lógica do mercado. Segundo Laval (2019), cada vez mais a educação tem experimentado uma “monopolização progressiva”, presidida pela ideologia neoliberal. Nota-se a incorporação e a reprodução de modelos de gestão pautados pelas regras e necessidades do mercado, que propagam o ethos do produtivismo, ainda que sob a roupagem da “flexibilidade” e da “modernização”. O sociólogo Richard Sennet (2004, p. 54) já havia apreendido o significado da “flexibilidade” alardeada nos contextos de trabalho presididos pela lógica da acumulação flexível: “A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se mais nas forças que dobram as pessoas”.

Assim, importa sublinhar: se, por um lado, a expedição das portarias que autorizaram e prorrogaram o ERE se deu, de forma contingente, no contexto específico da pandemia, por outro lado, essas decisões foram consoantes aos interesses de vários conglomerados educacionais, que concebem a educação como uma mercadoria entre outras, e que já manifestavam forte interesse em ampliar suas margens de lucro, convertendo a educação em um ativo cada vez mais apto a gerar dividendos financeiros, sob o preço da precarização das condições de trabalho e saúde dos docentes.

O interesse desses conglomerados já era notado antes mesmo da pandemia (BIELSCHOWSKY, 2020; ILHA, 2020; REIS, 2021; PODER 360, 2022). A decisão do Ministério da Educação e Cultura, constante da Portaria n.º 2117/2019, de permitir a adoção de currículos com até 40% da carga horária em ensino a distância em cursos presenciais de graduação não se explica apenas pela tendência de virtualização de processos, ainda que esse possa ser um fator – tampouco apenas pela pandemia, mas tem suas raízes no poderoso lobby empresarial exercido sobre o poder público e no interesse real de viabilizar a rentabilização do capital desses conglomerados.

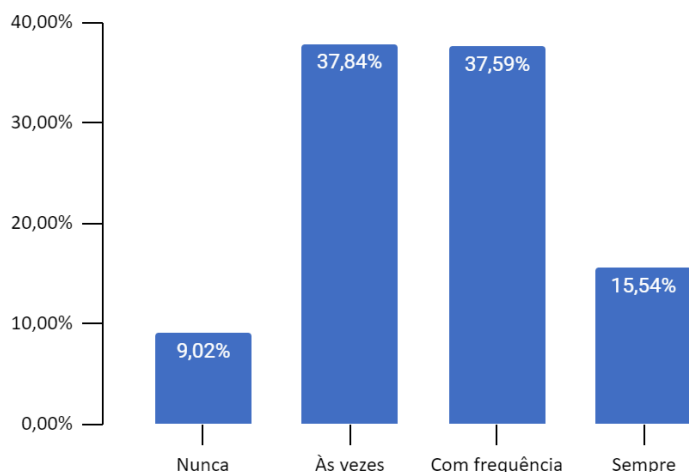
Dessa maneira, conquanto tal contexto histórico tenha potencializado e exposto diversas problemáticas experimentadas no interior da atividade docente, como veremos adiante, a sobrecarga e o adoecimento relacionados ao trabalho não são assuntos inteiramente novos na categoria docente, estando presentes em estudos científicos, conforme destacam Neme e Limongi (2020) em revisão sistemática sobre o tema. Todo o exposto revela que essa categoria tem enfrentado, há mais tempo, uma excessiva carga de trabalho, o que, entre outros fatores, relaciona-se à lógica “vocacional” e “sacrificial” dessa profissão, constituída desde os primórdios da sua história e perpetuada até a atualidade (TARDIF, 2013).

Sob o influxo da lógica “sacrificial”, antes mesmo da pandemia, exigia-se desses trabalhadores alta produtividade aliada à crescente necessidade de se assumir diversas demandas, como as burocráticas (LEMOS, 2011), caracterizadas pela imposição e expectativa de que fossem polivalentes, flexíveis e resilientes para responder a diferentes demandas e assumir diferentes funções. Observa-se, assim, progressivamente, a adoção de parâmetros de gestão e avaliação nas instituições educacionais, que obedecem à lógica da tentativa de quantificação da realidade laboral e da rentabilização do capital como imperativo. O sociólogo clínico Vincent de Gaulejac (2007) caracterizou essa modalidade de gestão, na contemporaneidade, como “gerencialista” e “quantofrênica”, pela expressiva obsessão por métricas, cifras e números.

Em uma perspectiva fundada nas abordagens clínicas do trabalho e, em especial, na ergologia (SCHWARTZ, 2010), entendemos que, longe de traduzir a realidade de trabalho e a atividade docente, os parâmetros estabelecidos “de fora” por protagonistas da gestão, por sua exterioridade, não compreendem adequadamente os dramas do trabalho real, realizado em circunstâncias materiais, sociais e históricas específicas, marcadas pela variabilidade inerente às situações reais. Os debates de valores, normas e os saberes investidos na atividade docente, assim como as contradições e as “dramáticas dos usos de si” vividas pelos docentes são relegadas, com efeitos para sua saúde e para a qualidade de seu trabalho.

No que concerne às exigências no trabalho, observando as respostas dos participantes desta pesquisa, verificou-se uma sobreposição das demandas laborais (Gráfico 1):

Gráfico 1 – Participação em reuniões e realização de outras tarefas de forma simultânea



Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto às jornadas de trabalho, observou-se uma dilatação durante a pandemia, marcada pela multiplicação das tarefas e por exigências de curto prazo. Os docentes tiveram de aderir a novas formas de interação com seus pares e com os estudantes, estabelecidas predominantemente por meios digitais, e recriar, mesmo que parcialmente, metodologias de trabalho nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, além de acolher dificuldades dos discentes (socioemocionais, inclusive) e

responder às demandas das instituições. A dilatação das jornadas de trabalho está relacionada à ampliação do volume de tarefas e à intensificação do trabalho, que geraram um sentimento de insuficiência:

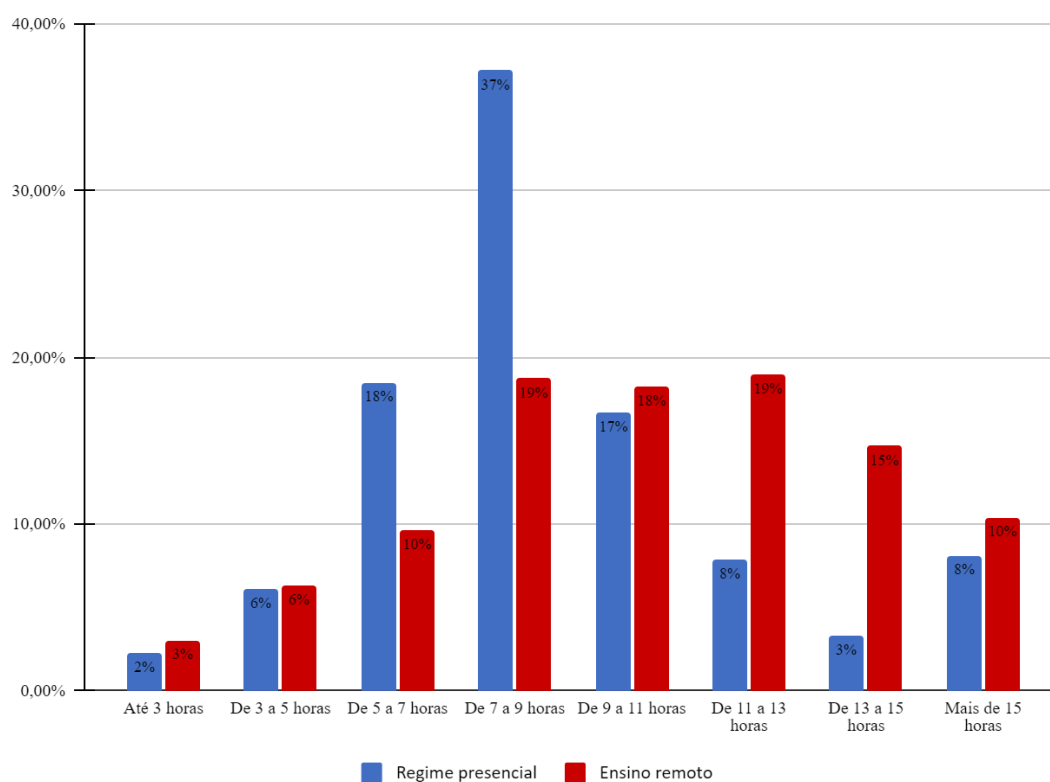
Nem se eu trabalhasse 24 horas por dia, sete dias por semana, eu daria conta (Relato de docente).

Aumento de todo tipo de demanda e aparecimento de novas demandas, além das várias que já existiam (Relato de docente).

Certamente, o home office trouxe maiores demandas de trabalho, ampliando uma forma de superexploração do trabalho docente ainda mais ampliada que a tradicional (Relato de docente).

A ampliação da jornada de trabalho acarretou prejuízos para saúde dos docentes, potencializando ansiedade, impotência, estresse e cansaço, assim como afetou os limites de horas dedicadas ao trabalho, com repercussões negativas para a fruição do descanso e do lazer. No gráfico 2, verifica-se o aumento da duração das jornadas de trabalho no período da pandemia:

Gráfico 2 – Comparativo das jornadas de trabalho antes e durante o teletrabalho



Fonte: Elaborado pelos autores

Soma-se a isso o uso dos meios tecnológicos para comunicar, demandar ações e organizar os processos de trabalho docente, o que, por um lado, foi relevante para manutenção do ensino, mas, por outro, provocou a sensação de uma jornada ininterrupta, que elidiu sistematicamente as barreiras entre trabalho e vida privada:

Principalmente, a sensação de “não desligar a cabeça”, com demandas em sequência a serem respondidas, me causam o maior incômodo. Acredito que o uso de tecnologias de comunicação, especialmente o Whatsapp e a grande quantidade de e-mails para a comunicação tornam a rotina muito pesada e reforçam esta sensação de estar 24h disponível (Relato de docente).

Penso que um elemento importante é o uso desmedido, sem limites, do celular, Whatsapp. [...] Não há um dia/turno em que não receba mensagem de alunos, mesmo no final de semana. Se não respondo, ligam. Perdemos o direito ao descanso, à vida privada, é impossível se desconectar das preocupações do trabalho. Assim, não há mais jornada de trabalho (Relato de docente)

Somos cobrados a responder mensagens o tempo todo, fora do horário comercial, incluindo finais de semana e, se deixo de responder, sofro assédio moral e brincadeiras de mau gosto da minha chefia imediata. O Whatsapp virou plataforma de cobrança institucional, mas a universidade não paga pelo meu celular. As pessoas deixaram de mandar e-mails. Mandam mensagem pelo Whatsapp o tempo todo e te cobram acompanhar tudo em tempo real. Não existem mais férias e todas as demandas são sempre urgentes (Relato de docente).

Sinto que o trabalho em home office é ininterrupto e a cobrança é maior. Já tive de resolver questões de trabalho nos fins de semana, madrugadas etc. (Relato de docente).

Senso de urgência, trabalho sob pressão, sentimento de insuficiência, ininterruptibilidade das jornadas de trabalho, constrangimentos temporais para sua realização, exacerbado volume de tarefas e ruptura das barreiras entre trabalho e vida privada, doméstica e familiar constituíram-se como alguns dos traços característicos do modo e experiência de trabalhar no ERE, com consequências para a saúde dos trabalhadores.

Sofrimento e adoecimento relacionados ao trabalho

O trabalho é uma categoria central na análise dos processos de saúde e adoecimento, o que se configura como uma premissa do campo da Saúde do Trabalhador, posto que os modos de viver, adoecer e morrer se relacionam com a esfera da produção da vida material e social. Nesse sentido, um olhar interessado na saúde e no adoecimento dos docentes não pode, sob nenhuma hipótese, ignorar a análise de sua atividade laboral e das condições materiais e sociais nas quais ela se desenvolve ou se constringe. O fato de que a Síndrome de Burnout tenha sido associada à categoria e reconhecida como um problema “epidêmico” (CARLOTTO, 2011) não é, portanto, fortuito, mas decorre da interação entre os trabalhadores e suas condições objetivas de exercício da função.

Sabe-se que a pandemia, em suas diferentes formas de expressão, impactou significativamente a população, produzindo e agravando quadros de sofrimento e adoecimento psíquico (PEREIRA et al., 2020). Seus efeitos deletérios, associados às condições de trabalho, também foram reportados pelos docentes:

Um ano e meio de pandemia, de isolamento social e de ensino remoto provocaram um cansaço mental e físico em toda a família. É imperativo acelerar a vacinação contra a Covid-19 e promover a reabertura controlada de parques, jardins, praças e de eventos abertos ao ar livre [...] (Relato de docente).

Assim, se não se pode subestimar o efeito da pandemia sobre a saúde mental, tampouco se pode ignorar os impactos da dilatação da jornada de trabalho, intensificação e degradação dos sentidos do trabalho para a saúde dos docentes – aspectos evidenciados por este estudo. Destaca-se, por exemplo, que 42% dos participantes informaram ter desenvolvido alguma enfermidade durante o período em que estavam atuando em home office. Ainda se percebeu, entre os participantes, sintomas associados à Síndrome de Burnout, doença atrelada ao trabalho, marcada especialmente pela sensação de esgotamento, conforme a tabela 3:

Tabela 3 – Sintomas relativos à Síndrome de Burnout entre professores(as)

Frequência	Sentimento de esgotamento de energia	Sensação de ser observador da própria atividade	Sensação de ineficácia	Sensação de falta de realização

Nunca	7%	47%	22%	31%
Às vezes	34%	36%	42%	37%
Com frequência	38%	14%	26%	22%
Sempre	21%	3%	11%	10%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os relatos dos próprios docentes também são contundentes a propósito das relações entre seu trabalho e os processos de adoecimento que experimentaram:

Em resumo, o trabalho em home office não tem me feito bem. Fisicamente, estou adoecida pela quantidade de tempo despendido na frente da tela, com os olhos secos, rouquidão, dor de cabeça e dores pelo corpo, sendo que a realização de alongamentos tem pouco resultado. Mas, principalmente, a sensação de “não desligar a cabeça”. [...] Responder a esta pesquisa me fez perceber como não estou bem e preciso de ajuda, especialmente quando me vi frente à questão 34 (Relato de docente).

Saúde: mais ansiedade e tensão, desânimo diante das aulas remotas, tendinite no pulso, dores de cabeça mais frequentes, antecipação de menopausa, dificuldades de adaptar as aulas usando as ferramentas remotas (Relato de docente).

Piora de sono, alimentação. Expectativa profissional baixa pela redução de horas de aula na atual IES, sem perspectiva de melhora. Piora dos relacionamentos com o cônjuge e familiares. Episódios de estresse mais frequentes (Relato de docente).

Muita fadiga e exaustão emocional (Relato de docente).

Esgotada! (Relato de docente).

Ressalta-se que, por mais que estes relatos evidenciem as relações entre o trabalho e o sofrimento psíquico, ainda verifica-se uma subnotificação dos quadros de adoecimento nessa categoria (SILVA, 2015; PENTEADO; NETO, 2019). Isso significa que, mesmo que os sintomas possam ser reconhecidos, existe uma tendência à negação desses sinais e sua ocultação, que não se explica apenas em razão de aspectos individuais, mas que resulta de dimensões históricas e sociais relacionadas ao modo como os professores e sua atividade são vistos. Como já foi dito, as lógicas “vocacional” e “sacrificial” inibem que processos de adoecimento sejam reconhecidos. Soma-se a isso um culto acrítico à ideia de que os trabalhadores devem desenvolver resiliência ainda maior – posto que ela já existe – diante das situações de adversidade do trabalho, o que exige que se adequem e adaptem a situações precarizantes e degradantes, tudo isso sem redução da eficiência e da “entrega”.

Nas análises realizadas, verificou-se também uma associação estatisticamente significativa entre o desempenho das funções gerenciais e certas vivências adversas relativas ao trabalho, tais como: a) não conseguir finalizar as tarefas planejadas para o dia de trabalho, em função de outras demandas do trabalho; b) sensação de esgotamento; c) dificuldades para responder às mensagens relativas ao trabalho; d) nível de cobrança institucional; e) nível de cobrança dos pares; f) tempo para planejar as atividades; g) tempo para o cumprimento de outras demandas institucionais; h) tempo para refletir sobre sua prática. É o que se observa, por exemplo, nas duas tabelas seguintes:

Tabela 4 – Relação entre a função de gestão e a dificuldade para finalizar tarefas planejadas

Você exerce alguma função de gestão acadêmica e/ou administrativa?	Não conseguir finalizar as tarefas que planejei para o dia, em função de outras demandas do trabalho
--	--

	Com frequência	Nunca	Sempre	Às vezes	Total
Não	60	12	14	82	168
Sim	102	10	54	65	231
Total	162	22	68	147	399

Nota: $\chi^2=27,3$; gl=3; valor-p<0,001, $\alpha=0,05$; Associação estatisticamente significativa (valor-p < α).

Tabela 5 – Relação entre a função de gestão e o sentimento de esgotamento

Você exerce alguma função de gestão acadêmica e/ou administrativa?	Esgotamento				
	Com frequência	Nunca	Sempre	Às vezes	Total
Não	54	15	35	64	168
Sim	82	11	79	59	231
Total	136	26	114	123	399

Nota: $\chi^2=14,0$; gl=3; valor-p=0,003, $\alpha=0,05$; Associação estatisticamente significativa (valor-p < α).

O resultado das análises evidenciou, portanto, que o desempenho da função gerencial no período do teletrabalho e da pandemia por Covid-19 esteve associado a dificuldades laborais importantes, inviabilizando o cumprimento das tarefas planejadas, assim como se vincula à sensação de esgotamento profissional. O exercício da gestão no contexto da educação superior pode, assim, ser considerado como condição que agrava os problemas já experimentados pelos docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção do teletrabalho no âmbito dos processos educacionais é uma realidade e, em certas circunstâncias, configura-se como um valioso recurso para a sociedade. Apesar disso, as dificuldades identificadas neste estudo mostram a necessidade de uma avaliação contínua dos modelos de trabalho, que integre efetivamente os docentes, valorizando suas experiências e percepções, a fim de viabilizar transformações nas condições e nos modos de gestão e organização laboral. Uma abordagem que se comprometa, realmente, com a prevenção ao adoecimento e a promoção da saúde profissional não pode se esquivar da reflexão sobre as experiências vividas pelos trabalhadores. Não pode, igualmente, ignorar que as mudanças em curso têm sido gestadas no interior de contradições sociais e econômicas que merecem atenção e que precisam ser enfrentadas.

Por mais que este artigo tenha se debruçado sobre as vivências dos docentes no período pandêmico e na relação com o ERE, pode-se suscitar hipóteses de análises e contribuir para as discussões a respeito da saúde de professores e das metodologias mediadas pela tecnologia na educação, como a temática da Educação a Distância, ainda pouco presente na literatura, mas em constante crescimento na realidade brasileira.

Ademais, em comparação com as publicações sobre o assunto aqui discutido, observa-se que este artigo apresenta resultados mais generalizáveis, visto que se sustenta em uma metodologia híbrida, ou seja, qualitativa e quantitativa, e que representa uma amostra significativa dos docentes de IES no Brasil. A investigação sobre suas formas de resistência e criação individuais e coletivas desenvolvidas durante o período da pandemia – e, ainda, em face da precarização imposta pelo regime neoliberal – apresenta-se como uma questão relevante que deve ser considerada em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, César Eduardo. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 36, n. 1, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/99946>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Censo da Educação Superior – Notas Estatísticas*. 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020*. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Portaria n.º 345 de 19 de março de 2020*. 2020b. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=603&pagina=1&data=19/03/2020&totalArquivos=1>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Resolução CNE/CP n.º 2, de 5 de agosto de 2021*. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-5-de-agosto-de-2021-336647801>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Senado Federal. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia*. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnout em professores: prevalência e fatores associados. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, n. 4, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722011000400003>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CLOT, Yves. *Trabalho e Poder de Agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

DUARTE, Adriana de Melo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DsjZ343HBXtdVySJcgmX3VS/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 13 mar. 2024.

ELIAS, Marina Almeida; NAVARRO, Vera Lúcia. Profissão docente no ensino superior privado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i1p49-63>. Acesso em: 13 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

GIOVANELLA, Ligia et al. Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 44, n. 126, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012623>. Acesso em: 13 mar. 2024.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*, v. 396, p. 874, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)32000-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)32000-6). Acesso em: 13 mar. 2024.

LE MOS, Daniel. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. *Caderno CRH*, v. 24, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/wcMpf3pNCszJPXkZKfWdd3D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MAIA, Henrique. *Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades*. São Paulo: Editora Ruptura, 2022.

NEME, Gláucia Garcia de Sousa; LIMONGI, José Eduardo. O trabalho docente e a saúde do professor universitário: uma revisão sistemática. *Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 22, n. 1, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/49861>. Acesso em: 13 mar. 2024.

OLIVEIRA, David de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In: ALMEIDA, Silvio (Org.). *Marxismo e a questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 23-36.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 13 mar. 2024.

OUR WORLD IN DATA. Coronavirus Pandemic (COVID-19). Brazil: Coronavirus Pandemic Country Profile. Oxford, UK, 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus/country/brazil>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PENTEADO, Rosângela Z.; NETO, Sidinei de Souza. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. *Saúde e Sociedade*, v. 28, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180304>. Acesso em: 13 mar. 2024.

VIEIRA, Cristina E. C. et al. Teletrabalho, subjetividade e saúde de docentes durante a pandemia de Covid-19. In: STENGEL, Max; KIND, Lidia; MIRANDA JUNIOR, Helio Carlos (Orgs.). *Tecnologia e processos de subjetivação*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022. p. 157-168.

PEREIRA, Maria do Desterro et al. The COVID-19 pandemic, social isolation, consequences on mental health and coping strategies: an integrative review. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4548>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SANTOS, Júlia de Inez; MATOS, Pedro Manuel; FRANÇA, Daniela Xavier de. A raça e o gênero na docência do ensino superior. *Anais Educom 2020*, v. 14, n. 10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29380/2020.14.10.09>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SCHWARTZ, Yves. A abordagem do trabalho reconfigura nossa relação com os saberes acadêmicos: as antecipações do trabalho. In: FAÏTA, Daniel; SILVA, Cláudia P. S. (Orgs.). *Linguagem e Trabalho: construção de objetos, análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 109-126.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Vanessa Lúcia Rocha da. *Docentes universitários em construção: narrativas de professores iniciantes de uma universidade pública no contexto de sua interiorização no sul do Amazonas*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS).

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. *Educação e Sociedade*, v. 34, n. 123, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n123/13>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autor 1 – Coordenador do projeto, participação ativa na construção do desenho metodológico, coleta de dados, análise e categorização dos dados; elaboração do artigo, incluindo escrita, revisão e formatação.

Autor 2 – Participação ativa na construção do desenho metodológico, coleta de dados, categorização dos dados, elaboração do artigo, incluindo escrita, revisão e formatação.

Autor 3 - Participação ativa na construção do desenho metodológico, coleta de dados, categorização dos dados, elaboração do artigo, incluindo escrita, revisão e formatação.

Autor 4 - Participação ativa na construção do desenho metodológico, coleta de dados, categorização dos dados, elaboração do artigo, incluindo escrita, revisão e formatação.

Autor 5 - Participação ativa na construção do desenho metodológico, análise estatística dos dados quantitativos; escrita da metodologia.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.